por sala. Porque isso, apesar de já ser crime de discriminação contra pessoa com deficiência, era usado com frequência para recusar matrícula de alunos autistas. "Não, mãe, aqui já tem um autista nessa sala".

Começaram a procurar parlamentares aqui nesta Casa para reclamar. Afinal de contas, é muito absurdo não poder limitar o número de autistas na sala de aula, porque tem autistas que gritam, tem autistas que dão muito trabalho.

E aí eu trago aqui a lógica da empresa privada para vocês: sabe por que tem autista que grita? Porque a sala está lotada, porque não tem ar condicionado, porque o professor, coitado, não recebeu uma formação continuada porque a escola não quis gastar dinheiro com isso.

Porque não colocaram, com aquele aluno, um acompanhante especializado que entenda de autismo para entender quando aquele aluno está se desregulando e ajudá-lo a se regular de novo.

Então, o problema não é o autista que grita, o problema não é ter um, dois, três autistas; o problema é que a escola não quer investir em salas menos lotadas, em capacitação profissional, em adequação dos ambientes, para que eles fiquem menos inóspitos para os alunos com deficiência. O meu filho teve matrícula negada não sei quantas vezes nesta vida.

O meu filho é autista; agora está com 15 anos. E uma vez, inclusive, usaram essa desculpa, sabe, Rômulo. Perguntaram para mim, ele estava com oito anos: "ô mãe, o seu autista fala?".

Elas não perguntaram se ele gritava, não, Rômulo; perguntaram se ele falava. Eu falei: "não, ele não fala". "Ai, que pena; já tem um autista nessa sala, a gente não vai poder fazer a matrícula dele". O problema não é o autista que grita; o problema é que a empresa privada quer lucro e não quer gastar.

Foi só um parênteses para dizer que a lógica da empresa privada é o lucro, não é o bem-estar do cidadão. Para terminar esse parênteses: meu filho, hoje em dia, está muito bem incluído, graças a Deus, na escola pública, na rede lá em Vinhedo. Vai se formar agora na nona série, lá em Vinhedo. Porque a rede pública não tem essa lógica só do lucro. (Manifestação nas galerias.) Lembrando que já era crime recusar matrícula. Então, para essas escolas, seguir a legislação não é bom, não, porque não vem o lucro no fim do mês.

Lucro não é pecado, tá, gente. Vamos lá: todo mundo precisa pagar boleto. O problema é que a gente tem que entender que, devido à natureza de algumas empresas, fica complicado você botar um monopólio na mão delas.

Vimos esse exemplo claro da Enel, que não investiu nos fios aterrados, cortou 36% da sua força de trabalho, porque é óbvio, gente, funcionário é despesa. E na hora que passa um aperto, cai uma tempestade, a gente vê o resultado disso. Oito dias sem luz. E a pessoa vai fazer o quê? Mudar de cidade? É um monopólio.

Suponhamos que para a desestatização a gente tenha um contrato mais severo, mais rígido, ok. Mas a gente vê que um dos pontos centrais que estão destacados é a redução das tarifas.

Qual garantia a gente tem de que a tarifa vai ficar baixa? Ah, vai fazer um fundo, que para mim não faz o menor sentido. Você vai vender, você vai pegar o dinheiro da venda e você vai pagar para a pessoa manter a tarifa baixa? Não faz o menor sentido isso. E quando esse fundo acabar?

Qual a garantia que a gente vai ter de que a tarifa vai continuar baixa? Zero. Nenhuma garantia. A gente vai vender um bem público e dar o dinheiro que a gente ganhou com essa venda para o acionista continuar feliz, para ele não ter que gastar para manter a tarifa baixa.

O cidadão vai subsidiar uma empresa privada para que ela mantenha a tarifa baixa? O acionista vai continuar feliz, com certeza. No interior do estado, a gente sabe que isso é bem mais grave.

E quando a gente fala de pessoas mais vulneráveis, e o meu público principal são pessoas com deficiência, gente, R$ 20,00 de diferença na conta de luz, na conta de água, é uma compra a menos no mercado, é um pacote de fralda para um adulto com paralisia cerebral a menos, é um pacote de sonda a menos.

Tem mãe fervendo sonda de criança com paralisia cerebral porque não tem condições de comprar sonda. São pessoas que dependem do benefício da prestação continuada.

Sem garantias incisivas e específicas de que não haverá um aumento no longo prazo, como é que eu vou votar "sim" nesse negócio? Me ajuda aí, gente. Não dá. E mesmo com garantia, por estarmos falando de um serviço essencial, em formato de monopólio, não é um bom movimento para a população do estado de São Paulo.

Eu fui eleita para pensar na população do estado de São Paulo e não no bolso do acionista. Eu não me sinto confortável em votar esse projeto, que é tão sério, que foi tocado a toque de caixa, tão rápido, atropelando tudo, com tantas dúvidas pairando no ar.

E eu queria saber se meus colegas que estão aqui, se eles assumem esse risco perante os seus eleitores. Cada deputado que está aqui pode garantir para os seus eleitores que a tarifa não vai subir? Botar a cara nas suas redes: "Eleitor que me botou aqui, eu te garanto, a tarifa não vai subir.". Vocês podem garantir que, mesmo com a escassez de água - porque sim, a água vai virar um bem escasso -, uma empresa privada não vai seguir a lógica do mercado, que é produto escasso, sobe o preço?

Vocês podem garantir isso para os eleitores de vocês? Isso é a lógica do mercado. Se a gente não puder garantir, com toda certeza, que no longo prazo as tarifas não vão subir, mesmo com um projeto com tantas lacunas, o recado que a gente está passando é que a gente não se importa com o que vai acontecer. Sabe por quê? Porque isso não nos atinge pessoalmente. Porque isso não atinge o nosso bolso. Para nós, que estamos aqui, R$ 20,00 de diferença realmente não vão ter um impacto.

Mas eu preciso perguntar: como que você vai explicar que tudo bem para um cidadão, para quem R$ 20,00 de aumento na conta de luz significa uma compra a menos no mercado?

Nós somos representantes do povo. Essa conta, no fim, chega para todos nós. A lógica da empresa privada é o lucro, não é o bem da população, não necessariamente. Nós não fomos eleitos só para garantir o lucro da empresa privada.

Nós fomos eleitos para garantir o bem da população, para garantir a inclusão escolar, para garantir água na torneira, para garantir a luz no lugar certo, não para atropelar todos os processos legislativos desta Casa e para passar um projeto, na véspera do Natal, com tantas dúvidas pairando no ar, sendo que ninguém aqui tem coragem de botar a cara nas redes e garantir para os seus eleitores que essa tarifa não vai subir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para discutir contra, deputado Rômulo Fernandes. (Manifestação nas galerias.)

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - (Manifestação nas galerias.) Srs. Deputados, meu querido presidente André do Prado, a todos os funcionários que nos ouvem, principalmente à plateia que está aí.

Eu queria começar minha fala com uma palavrinha, e falar do governador. A impressão que eu tenho é de que o governador está insensível a esta causa. Ele não conhece o estado de São Paulo, não conhece a Sabesp, não conhece o patrimônio público que nós estamos discutindo. Eu queria explicar um pouco o porquê. Quem é o Tarcísio?

Com todo o respeito à figura do governador, mas eu lembro, em 2021, a discussão que era feita se ele ia ser senador em Goiás, se ia ser senador no Mato Grosso. Tinha essa discussão. Aí me parece que houve uma reunião, no Rio de Janeiro. Por que eu estou dizendo isso? Para explicar um pouco a insensibilidade do governador.

Aí teve uma reunião, provavelmente na praia de Copacabana, regada a um bom vinho. Estava lá o Zero Um, estava lá o Zero Dois, estava lá um grande exportador de pedras preciosas. E começaram a discutir o que ia acontecer. Aí pensaram: "Vamos botar ele lá em São Paulo." Porque não é possível.

É um erro de origem, um erro de sensibilidade, de trazer um projeto tão importante como esse, e não ouvir as pessoas, não ouvir o que está acontecendo. Uma empresa tão importante como essa. Para mim, é falta de sensibilidade e falta de empatia. Por isso que eu queria começar a minha fala falando diretamente com ele.

Tenha sensibilidade, governador. Conheça um pouco o estado de São Paulo. Eu lembro, quando ele chegou aqui, ele não sabia onde ia votar. Vocês se lembram disso? Ele confundiu Itaim Bibi com Itaim Paulista. Aí começou a se embananar, chamou a avenida Santo Amaro de rua Santo Amaro. Um amigo meu disse assim: "Ele comia até pizza com catchup, em São Paulo".

Então é por isso que ele não conhece e não tem sensibilidade: não conhece o povo paulista. Eu queria começar falando um pouco sobre isso. E a insensibilidade, antes de eu falar da Sabesp, eu queria falar da Educação. Ele está mandando um projeto para cá - a Bebel é a nossa defensora, uma especialista na Educação - cortando 10 bilhões! (Manifestação nas galerias.)

Eu queria pedir para o governador visitar algumas escolas do estado. Outro dia eu fui numa escola estadual. A mãe falou assim para mim:

"Rômulo, eu não estou podendo mandar os meus filhos à escola, porque não tem porta nos banheiros".

Falei, sabe quando você não acredita nisso? "Não, não é possível!"

"Não, Rômulo! Eu não posso mandar, porque não tem porta! Como é que eu faço isso?"

As escolas hoje parecem uma prisão. E ele quer cortar 10 bilhões da Educação. A gente tem que alertar o povo paulista para isso. Eu queria falar uma coisa para vocês. Nós vamos lutar o tempo todo contra esse absurdo da privatização da Sabesp. Nós não vamos parar, até o último minuto. Não tenham dúvida disso. (Manifestação nas galerias.)

Porque daqui a pouco vai começar a privatização para a Educação e para a Saúde. E vai muito mais além disso. Como é que você prega a questão da eficiência? Você vendendo as coisas? Aí é fácil. O que é eficiente, na gestão? É vender o Metrô, é vender a Sabesp, é vender a CPTM? Isso é ser eficiente? Isso é choque de gestão?

Por isso que eu começo dizendo da insensibilidade do governador. E aí, gente, eu fico imaginando, falar um pouco da Sabesp, uma empresa fundada em 1973, 12 mil funcionários, que todo mundo falou aqui, lucrativa, e agora a água passa a ser uma mercadoria. É simples assim.

Eu fico imaginando uma cidade. Temos a menor cidade aqui de São Paulo, ela chama Borá. Ela tem, eu acho, 800 habitantes, 870, 850 habitantes. Eu fico imaginando o prefeito de Borá, se ele vai conseguir falar com alguém da Sabesp, ou do mercado financeiro, porque a partir dali não vai ser mais a Sabesp, vai ser o mercado financeiro que vai comandar uma cidade como Borá, a menor cidade do estado de São Paulo.

Se vão conseguir falar com esse pessoal lá em Pinheiros, no Alto de Pinheiros. Não vão. Não vão ser atendidos, não vão ter absolutamente nenhum... E mais do que o prefeito, a população usuária.

Todo mundo já falou aqui da Enel, que foi um absurdo o que aconteceu aqui na Assembleia Legislativa. Em plena CPI da Enel, acaba a luz. Isso é fato. Foi motivo de piada e é isso que estamos falando, porque falaram aqui... Eu quero que os deputados, de verdade, assumam a responsabilidade desse absurdo que o governador Tarcísio está tentando.

Na minha cidade tem mais um deputado. Eu queria perguntar para ele aqui, publicamente, qual é a posição dele. Eu estou falando claramente aqui que o meu voto é contra a privatização da Sabesp. Eu quero ouvir aqui no microfone qual é a posição dele.

Nós temos que cobrar todos os deputados, porque lá na frente, quando acontecer o que aconteceu com a Enel, ninguém vai lembrar. "Não, eu não estava sabendo, não soube de nada." E a gente precisa, como disseram os deputados aqui anteriormente, que me antecederam, as pessoas precisam assumir a sua responsabilidade.

E aí falando agora um pouco da nossa luta aqui. Nós não vamos cansar de brigar juridicamente com relação a isso, porque não há argumento que justifique a privatização da Sabesp, como foi falado aqui.

Não é eficiente? É eficiente. Não dá lucro? Ela dá lucro. Tem má qualidade do atendimento? Não, ela tem qualidade no atendimento. Então, não há argumento que sustente essa ideia da privatização. Não existe.

E aí vamos falar um pouco sobre as formas que o governador mandou para cá, esse projeto de lei. Ele mandou como PL e a gente está insistindo... É uma briga jurídica de que não vamos desistir, de que a forma mandada foi uma forma equivocada. Eu queria ler aqui, e já foi lido várias vezes, mas me parece que as pessoas não estão ouvindo ou não estão entendendo.

Eu vou ler o Art. 216, que já foi lido umas dez vezes aqui, mas vale a pena ler novamente: "§ 2º - O Estado assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionária sob seu controle acionário".

Então, começa por aí a questão jurídica, porque nós estamos falando que não pode ser um PL, que tem que ser uma PEC.

Aqui na Assembleia Legislativa, em uma outra frente de batalha, nós vamos tentar convencer a todos os deputados e deputadas a terem sensibilidade e não cometerem esse grande equívoco.

E nas ruas. Essa é outra batalha de que a gente tem falado. Fizemos vários movimentos. Na minha cidade, na cidade de Mauá, fizemos uma assembleia. Houve a participação de vários deputados, várias deputadas, para as pessoas entenderem o que significa. E o que significa? Vamos repetir aqui alguns preços, porque precisa estar muito claro, e dar valor para as coisas.

A partir do momento em que acontecer esse absurdo aqui, e nós vamos lutar para não acontecer essa privatização, é aquilo que eu falei: é mercadoria. Tem uma frase que eu estava vendo outro dia aqui. Vocês imaginam...

A Andréa Werner falou um negócio que é muito verdadeiro aqui: essas empresas querem lucro. Simples assim. E ninguém é contra o lucro, mas, ao invés de a gente falar em responsabilidade social, nós vamos falar de lucro.

Ao invés de falar de preço justo, nós vamos falar de lucro. Ao invés de falar de solidariedade, é lucro. Ao invés de falar de justiça social, é lucro. Esses caras só pensam nisso.

E aí eu queria falar um pouco do que vai acontecer na dona Maria, no seu Zé do boteco ali, o dono da padaria, daquela pessoa que mora nas comunidades ali, que tem tarifa social, e eu queria deixar muito claro alguns valores aqui, para as pessoas terem isso na mente. Porque vai acontecer. Vai acontecer.

Vamos lá. Manaus, empresa privada. Enquanto a Sabesp aqui a tarifa comum é R$ 71,70, lá é R$ 103,84 - 45% de diferença. As pessoas precisam saber disso. Vamos lá. No social, que é privada também em Manaus. O social, enquanto aqui é R$ 22,38, lá 52 reais. Essas coisas todos nós vamos sentir.

E a gente fez audiência pública aqui. Nós fizemos uma série de audiências públicas, e tiveram várias perguntas que ninguém respondeu, e eu queria deixar algumas aqui, algumas três, neste tempo que me resta aqui.

Qual o percentual de redução na tarifa os municípios podem esperar com o aporte do referido subsídio? Ninguém falou isso até agora. Absolutamente ninguém, e eu queria que as pessoas respondessem, quem defende esse projeto.

Outra. Qual o tempo de duração da redução da tarifa do subsídio externo previsto? Todo mundo está falando. O próprio lucro vai subsidiar por quanto tempo? O estudo que foi falado aqui, da IFC, que foram oito milhões para algumas páginas, e será 40 milhões agora, se der tudo certo...

Porque nunca vi um estudo que defende só um lado, e a IFC só defendeu um lado. E é incrível, o Marcolino falou brilhantemente aqui. Pelas poucas páginas que foram apresentadas, foram oito milhões. Agora, pelo restante do relatório, serão 45 milhões, sem nenhuma previsão, sem responder essas perguntas.

Outra pergunta. De forma objetiva, quais os fatores de ineficiência identificados na Sabesp, uma vez que a empresa sempre foi apresentada como referência para o setor de saneamento do país? Essa é a pergunta.

O estudo da IFC, ele tinha que falar assim: "tá, a gente quer privatizar a Sabesp. Por quê?". Porque não tem eficiência nisso naquilo, naquilo, naquilo, naquilo. Não foi apresentada uma linha.

Uma outra pergunta, para a gente terminar aqui. Um dos argumentos da privatização é que o governo pretende antecipar o atendimento da meta da universalização para 2029. Caso esse prazo não seja cumprido, haverá consequências penalidades ou possibilidade de reversão contratual? Ninguém fala sobre isso.

Então, por isso, para terminar a minha fala, eu volto no começo dela. É insensibilidade do governador Tarcísio, e eu contei um pouco a história aqui da chegada dele aqui em São Paulo, quando chamou "Campo dos Elísios".

Essas coisas a gente não pode esquecer. A gente não pode esquecer que o melhor amigo dele quando ele veio para cá, aqui em São Paulo, e ele falava isso pelo todo, era o Waze. Porque ele não conhecia. O Waze era o grande amigo dele aqui.

Então a gente pede ao governador sensibilidade política e com o povo paulista. Conheça a Sabesp. Não cometa esse absurdo.

Por isso, "não à privatização".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra para discutir contra a deputada Leci Brandão. (Manifestação nas galerias.) Por favor, respeito à deputada Leci Brandão, que quer fazer o início da sua discussão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Minha gente querida aí da plateia, minha gente querida que está aí na galeria, vocês que estão assistindo aí pela nossa TV Alesp, funcionários desta Casa.

Eu começo dizendo o seguinte. As pessoas às vezes falam: "mas você quase não tem ido à tribuna", mas eu às vezes não preciso ir à tribuna. Nosso posicionamento como cidadã já demonstra isso.

Inclusive eu queria até chamar atenção da mídia, porque é muito ruim, é covarde a atitude de alguns noticiários que quando tem greve, quando o pessoal do Metrô e tal faz alguma coisa, eles ficam jogando a opinião pública contra os trabalhadores e eu sou totalmente contra isso.

Eu acho que quem está em sindicato... Se não houvesse o sindicato não havia a ordem que ainda existe no Brasil. Por isso, Bebel, que eu digo a você o seguinte: professores são os mestres do nosso País e salvam realmente a Educação e quem formam os cidadãos são os professores.

E os trabalhadores fazem outra coisa, mas todo mundo age, todo mundo atua. Minha gente, essa questão da privatização, já está provado que onde houve privatização a conta aumentou, tudo piorou, nada melhorou onde aconteceu a privatização. Uma coisa também que me incomoda muito é o semblante do governador quando ele vai falar contra essa luta.

Parece um tom de deboche, sabe? Tipo: "Não adianta vocês fazerem isso porque não vai adiantar, não sei o quê". Adianta sim, olhe aí. A força está aqui assistindo, participando, entendeu?

Então a gente não pode ter temor de nada disso, absolutamente. Dizer para os meus amigos aí do Partido dos Trabalhadores que eu sou umazinha só do PCdoB, mas me sinto com a força que vocês me dão, sabe?

Mesmo eu não (Inaudível.) toda hora, enfim, mas vocês estão aí, estão levando nosso legado, que é a liberdade, é o respeito ao outro e o meu amigo Suplicy nos dá muita força e muito incentivo também.

O que eu quero dizer é o seguinte: que a Sabesp - eu queria falar sobre a Sabesp - é um patrimônio do povo de São Paulo. Foi construída através de esforço dos seus funcionários numa dedicação de mais de 50 anos. A Sabesp retribui com eficiência os investimentos feitos.

A Sabesp possui uma vasta rede de abastecimento e tratamento de água e esgoto com reservatórios e estações que se espalham em todo o estado e atualmente já devolve recursos financeiros para esse mesmo. Então é o seguinte: qual a razão que justifica a venda dessa estatal paulista?

A gente não sabe, eu também não sei. Onde a privatização foi realizada houve corte ou piora dos serviços prestados e aumento da conta de água, porque é o povo que vai pagar essa conta. O povo não está entendendo às vezes o que é que está por trás disso tudo aí.

Os meus colegas que estiveram aqui anteriormente já explicaram aqui, foram dados vários exemplos. Inclusive eu quero parabenizar o deputado Dr. Jorge do Carmo pelo discurso que ele fez, porque ele consegue explicar certinho o que é um lado e o que é o outro, quem pode, como é que essas empresas tratam, e quem não pode, deixam de lado; não precisa ter interesse nessas coisas.

E é dizer o seguinte - porque eu estou querendo diminuir o tempo porque tem outras pessoas também para falar - a privatização pode ser uma verdadeira tragédia porque água não é, como disse o Rômulo ainda há pouco, nem pode ser mercadoria. Água é vida, água é vida.

A água está em primeiro lugar e eles querem colocar o povo de São Paulo de qualquer forma. Tem que colocar o povo de São Paulo em primeiro lugar, primeiro lugar o povo. Sabe por quê? Não à privatização da Sabesp. Eu vou passar o meu tempo aqui para o deputado, nosso líder, Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Passo então o tempo remanescente da deputada Leci Brandão para o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, primeiro agradecer a deputada Leci Brandão e pelo tempo que eu tenho é impossível iniciar a minha fala. Então eu queria sugerir ao senhor encerrar, porque já vai terminar e na volta fará o uso da palavra o deputado Luiz Cláudio no tempo remanescente da deputada Leci.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então, estamos agora às 19 horas, realmente acabou o tempo da sessão. Está preservado o tempo de nove minutos e 44 segundos para o deputado Luiz Claudio Marcolino, pelo tempo remanescente da deputada Leci Brandão e do deputado Paulo Fiorilo.

E antes de dar por encerrada a sessão, convoco as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se 10 minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

## 4 DE DEZEMBRO DE 2023
## 55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: CARLOS CEZAR e TENENTE COIMBRA

## RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1501/23.
2 - PAULO FIORILO
Solicita verificação de presença.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
4 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Acolhe a questão de ordem do deputado Paulo Fiorilo, para respondê-la oportunamente.
6 - PROFESSORA BEBEL
Discute o PL 1501/23.
7 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Discute o PL 1501/23.
8 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.
9 - GIL DINIZ
Discute o PL 1501/23 (aparteado pelos deputados Lucas Bove, Monica Seixas do Movimento Pretas e Paulo Mansur).
10 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Solicita à plateia comportamento regimental.
11 - TENENTE COIMBRA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
12 - PROFESSORA BEBEL
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
13 - CARLOS CEZAR
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
14 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
15 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Responde às questões de ordem. Solicita à plateia comportamento regimental.
16 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Para comunicação, faz pronunciamento.
17 - EMÍDIO DE SOUZA
Discute o PL 1501/23.
18 - REIS
Para comunicação, faz pronunciamento.
19 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.
20 - LUCAS BOVE
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
21 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Pede à plateia que respeite os oradores na tribuna.
22 - LUCAS BOVE
Discute o PL 1501/23 (aparteado pelos deputados Monica Seixas do Movimento Pretas, Gil Diniz e Paulo Fiorilo).
23 - PROFESSORA BEBEL
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
24 - SIMÃO PEDRO
Discute o PL 1501/23.
25 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Convoca os Srs. Deputados para duas sessões extraordinárias, a serem realizadas no dia 05/12: a primeira, às 19 horas; e a segunda, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária.
26 - PAULO FIORILO
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
27 - PAULO MANSUR
Discute o PL 1501/23 (aparteado pelos deputados Tomé Abduch, Paulo Fiorilo, Major Mecca e Lucas Bove).
28 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Solicita à plateia comportamento regimental.
29 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
30 - THAINARA FARIA
Discute o PL 1501/23 (aparteada pelos deputados Eduardo Suplicy, Luiz Claudio Marcolino, Teonilio Barba e Paulo Fiorilo).
31 - LUCAS BOVE
Para comunicação, faz pronunciamento.
32 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
33 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

## ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação adiada do Projeto de lei no 1.501, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Presidente, como nós vamos começar de novo o debate na segunda sessão extra, eu gostaria de pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Solicito ao deputado Carlos Cezar, juntamente com o deputado Tenente Coimbra, que façam a verificação de presença.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado quórum regimental, devolvo a palavra ao deputado Luiz Claudio Marcolino, pelo tempo remanescente de 9 minutos e 44 segundos.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para fazer uma correção, quem vai fazer uso da palavra primeiro vai ser a Professora Bebel e depois o deputado Luiz Claudio, mas antes eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então com a palavra a deputada Professora Bebel.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Posso ler a minha questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental. Tem V. Exa. três minutos.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, com fundamento no Art. 260 e seguintes do Regimento Interno, apresentamos a presente questão de ordem